

SUPERVISÃO

CMVM ganha mais poderes para investigar crimes financeiros

Regulador passa a poder pedir informação a entidades que não estão sob a sua alçada

Elisabete de Sá esa@mediafin.pt

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) poderá ver alargados os seus poderes para investigar crimes financeiros, passando a ter competências para solicitar informações a entidades e pessoas que não estejam sob a sua supervisão. Este alargamento de poderes está previsto na proposta de lei que revê o regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional, anunciada pelo Governo no início de Outubro e que foi agora publicada, estando em análise na Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia da República.

Para avançar, esta medida implica uma alteração ao Código dos Valores Mobiliários (artigo 408º), no âmbito do qual os poderes de averiguação da CMVM encontram-se limitados às entidades por si supervisionadas, desde empresas cotadas a emitentes e intermediários financeiros. A revisão do texto será também necessária para que possa ser adoptada a maioria das proposta do Governo para o combate aos crimes financeiros. Em cima da mesa está a



Pedro Aperta

Carlos Tavares | Entidades não reguladas poderão ter que responder à CMVM.

fixação de coimas mais pesadas, que em alguns casos quintuplicam, e o alargamento das penas de prisão, entre outras medidas.

A proposta de lei pretende também estabelecer um novo regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração. Prevê-se assim que as empresas passem a submeter obrigatoriamente à aprovação da assembleia geral uma decla-

ração sobre a política de remuneração dos seus administradores e membros dos órgãos de fiscalização. A informação sujeita ao aval dos acionistas deve especificar os critérios de definição da componente variável dos salários, a existência de planos de atribuição de acções e a possibilidade de pagar esse valor variável, no seu todo ou em parte, após o apuramento das contas relativas à totalidade do mandato.

BPN Denúncia à PGR

➔ Na sequência das auditorias externas que Miguel Cadilhe mandou efectuar à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a administração do grupo participou um conjunto de factos à Procuradoria Geral da República por forma a que os mesmos sejam devidamente investigados. A administração da ‘holding’ que detém o BPN esteve reunida com as autoridades competentes na passada terça-feira, a quem denunciou os vários crimes financeiros que alegadamente foram praticados no grupo. O DN avançava ontem que a SLN apresentou queixa contra três quadros que exerciam funções superiores. O BPN está ainda a ser investigado no âmbito da “Operação Furacão” e foi ainda alvo de denúncias junto do Banco de Portugal e da CMVM por alegadas práticas de crimes financeiros, entre os quais a utilização abusiva de ‘off shores’.

BCP Prioridade para o DIAP

➔ Quer o Banco de Portugal quer a CMVM querem concluir as investigações ao BCP este Outono. Também o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), organismo da Procuradoria-Geral da República responsável pela averiguação, considera o processo de manipulação de mercado envolvendo a instituição um “absolutamente prioritário”. Em causa, nesta investigação para a qual estão já a ser ouvidas testemunhas, estão indícios de que “off-shores” do BCP terão realizado transacções bolsistas para criar liquidez nas acções do banco, sustentando a sua cotação. No processo do Banco de Portugal são arguidos os antigos administradores do BCP que exerceram funções entre 2002 e 15 de Janeiro deste ano. A CMVM, por seu lado, tem a seu cargo um processo referente à prestação de informação falsa ao mercado.

ASSOCIATIVISMO

Pequenas e médias empresas estão a caminho de Angola

Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt

António Almeida Henriques, presidente do Conselho Empresarial do Centro (CEC), considera que “chegou a hora das PME” portuguesas instalarem-se em Angola, já que o país tem uma série de projectos de investimento em carteira que deverão ser aproveitados pelos capitais portugueses.

O CEC levou na última semana uma dezena de empresas da região Centro até Angola, e Almeida Henriques não tem dúvidas que “foram lançadas bases estáveis” para a presença destas mesmas empresas no mercado angolano a médio prazo. “Cada uma das empresas que viajou connosco voltou com cinco ou seis oportunidades palpáveis”, garantiu ao **Negócios**, revelando também que encontrou “pelo menos dois grandes grupos angolanos com elevado interesse em dois projectos” em desenvolvimento na região Centro de Portugal.

O líder da CEC recordou também que em breve o Governo angolano vai avançar com a construção de “dois ou três portos marítimos” e que o país deverá ver-se na obrigação de construir novos aeroportos

dentro de alguns anos, algo que abrirá várias oportunidades a empresas portuguesas, e não apenas às que já lá estão instaladas.

O presidente do CEC considera mesmo que as empresas portuguesas já presentes no mercado angolano poderão a breve prazo potenciar a presença de PME nacionais naquele mercado, já que “algumas destas PME são de serviços à indústria e poderão instalar-se ‘à sombra’ de outras como fornecedores”, isto porque Almeida Henriques considera que a evolução dos investimentos em Angola vai “abrir” o mercado a

serviços de “outsourcing”. Exemplo disto passa pela concretização em breve da instalação de duas empresas do CEC no “Parque Industrial de Viana, gerido pela Visabeira, uma empresa fundadora do CEC e que já está em Angola instalada há muitos anos, com grande êxito”, salientou o mesmo responsável.

Em termos práticos, a viagem a Angola serviu também para que a WinCentro, a Agência de Desenvolvimento Regional do CEC, celebrasse um acordo com a Agência Nacional para o Investimento Privado de Angola, de forma a potenciar as relações entre as duas agências para o investimento. O CEC vai agora actuar como ponte entre as entidades e os seus associados já que, sublinha António Almeida Henriques, “há muitas empresas nossas associadas que estão disponíveis para abrir o seu capital a parceiros externos, como forma de financiarem a sua expansão, quer interna, quer externa”.

Actualmente o CEC já tem outra missão empresarial “no terreno”, desta feita em Paris, e seguirá em breve com mais uma dezena de empresários até Cabo Verde à procura de oportunidades de negócio. Até ao final do ano o CEC prevê realizar ainda uma missão ao Brasil.



Cada uma das dez empresas que visitou Angola connosco voltou com cinco ou seis oportunidades palpáveis.

António Almeida Henriques
Conselho Empresarial do Centro

TURISMO

Excesso de oferta penaliza negócio da restauração

O sector da restauração e bebidas deverá registar uma quebra no último trimestre do ano. A previsão é da Associação da Restauração e Similares de Portugal (ARESP) que estima que o volume de negócio do sector caia entre os 30 e os 35%. “Estes valores médios variam de acordo com os diversos segmentos do nosso sector de actividade, sendo mais sentida ao nível da denominada restauração de topo e no sector da animação”, adiantou a ARESP, em comunicado.

A associação diz que “o sector da restauração e bebidas em Portugal, como é do conhecimento geral, sofre de um excesso de oferta, distinguindo-se, no entanto, pela sua diversidade segmentada, permitindo actuar em vários nichos de mercado diferenciados”. Assim, a ARESP recusa “qualquer referência a níveis de excessiva exposição a falências das empresas do nosso sector”. Esta reacção vem após uma análise feita pela imprensa da especialidade. De acordo com um estudo elaborado pela Coface, o sector foi o mais exposto a processos de falências e que nesse sentido mais cresceu, tendo registado um incremento de 97%. “Já solicitámos explicação dos valores

apresentados, pois o nosso gabinete de estudos não concorda com os mesmos” diz a ARESP.

A entidade está a negociar com o Governo linhas de apoio ao investimento. Entre elas está o “+Restauração”, com uma dotação de 50 milhões de euros. “Estamos ainda a trabalhar com o Governo para a criação da linha ‘+Alojamento’, para que, os estabelecimentos classificados como Alojamento Local, possam aceder a uma linha de apoio para a sua requalificação. **ATP**



Entendemos ser descabida qualquer referência a nível de excessiva exposição a falências de empresas do nosso sector.

ARESP